

RELATÓRIO DE AUDITORIA DA GESTÃO DE 2010 DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

A Secretaria de controle Interno do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, em atenção às determinações do Egrégio Tribunal de Contas da União sobre o processo de Tomada de Contas do exercício de 2010, contidas na Instrução Normativa nº 63/TCU e na Decisão Normativa nº 110/TCU, manifesta-se, por meio do presente relatório e do Certificado e Parecer que o acompanham, acerca dos atos e fatos de gestão administrativa praticados no âmbito deste Tribunal, tendo por base o Relatório de Gestão enviado em março do corrente ano ao Tribunal de Contas da União em cumprimento às determinações contidas na Decisão Normativa nº 107/TCU.

PARTE A – CONTEÚDO GERAL

INFORMAÇÕES GERAIS

As informações abaixo relatadas visam a atender os quesitos elencados no Anexo III da DN 110/TCU, numerados de 01 a 19.

1. Avaliação dos resultados quantitativos e qualitativos da gestão, em especial quanto à eficácia e eficiência no cumprimento dos objetivos e metas (físicas e financeiras) planejados e/ou pactuados para o exercício, identificando as causas de insucessos no desempenho da ação administrativa.

1.1. Objetivos dos programas orçamentários

Na avaliação desta Secretaria de Controle Interno, os principais objetivos das ações orçamentárias, de responsabilidade deste Tribunal, consignadas na Lei Orçamentária Anual nº 12.214/2010, obtiveram resultados satisfatórios considerando não apenas o volume de recursos orçamentários e financeiros executados ou inscritos em Restos a Pagar, mas também a adequação e correção da aplicação desses recursos.

O **programa finalístico 0571** – Prestação Jurisdicional Trabalhista é o principal programa sob a responsabilidade deste Tribunal, composto de ações voltadas para as áreas de pessoal, infraestrutura e tecnologia, tem o objetivo geral de dar celeridade e efetividade à tramitação e julgamento das causas trabalhistas.

Já em relação às ações que compõem o citado programa 0571, os seus objetivos específicos visam a prover recursos financeiros para pagamento de pessoal, encargos sociais, conceder benefícios e capacitação, bem como recursos materiais (aquisição de bens e serviços, execução de obras e melhorias nas instalações físicas) e tecnológicos (equipamentos, softwares e sistemas) que permitam o bom desempenho do Tribunal.

Em relação ao **Programa 0089** – Previdência de Inativos e Pensionistas da União, o objetivo é assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos e pensionistas mediante pagamento de aposentadorias e pensões.

Relativamente ao **programa 0901** – Cumprimento de Sentenças Judiciais, o objetivo é pagar os beneficiários dos precatórios judiciais trabalhistas e requisições de pequeno valor da União Federal, cujas dotações, consignadas na Lei Orçamentária de 2010 e em créditos adicionais, foram descentralizadas a este Tribunal por força do artigo 29 da Lei nº 12.017/2009 – LDO 2010.

Para a realização desses programas, foi disponibilizado um montante de créditos orçamentários da ordem de R\$ 1.057.022.089,62, incluindo créditos recebidos por movimentação – provisões e destaques, sendo R\$ 734.664.474,62 do programa 0571, R\$ 294.226.618,00 do programa 0089 e R\$ 28.130.729,00 do programa 0901.

Foram empenhados R\$ 1.047.241.825,37 de créditos orçamentários, representando 99,07% da dotação disponibilizada, tendo sido pagos em 2010 R\$ 1.030.315.442,48, e inscritos em Restos a Pagar R\$ 16.926.382,89.

Não foram utilizados créditos no valor de R\$ 9.780.264,25, sendo R\$ 8.825.572,39 de Contribuição da União para a Previdência dos servidores que foi consignado a maior nas suplementações recebidas para pagamento de passivos, e R\$ 954.652,43 de Precatórios por se tratar de sobra orçamentária, tendo havido o pagamento de todos os beneficiários incluídos no orçamento de 2010, oriundo de movimentação de créditos, conforme informação do Serviço de Precatórios do Tribunal.

A execução de créditos orçamentários de ações de responsabilidade deste Tribunal foi de 100%, restando apenas R\$ 39,33 sem utilização.

Cabe ressaltar que a execução orçamentária adequou-se às normas e aos limites impostos pela legislação competente, mediante a aplicação dos créditos destinados às ações dos programas sob a responsabilidade desta unidade gestora, com eficiência, ou seja, com adequada utilização dos recursos, e eficácia em razão dos resultados satisfatórios alcançados.

A realização em percentuais elevados da dotação fixada na Lei Orçamentária Anual para este Órgão, acrescida dos créditos suplementares, bem como de descentralizações do TST e movimentações externas, atesta o bom desempenho da gestão dos recursos orçamentários disponibilizados.

1.2 Resultados da execução das metas físicas e financeiras das ações orçamentárias do programa 0571 – Prestação Jurisdicional Trabalhista.

- Ação 4256 – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho

Esta ação é direcionada ao pagamento de vencimentos e vantagens, e a despesas com custeio e investimento voltadas para a manutenção e melhorias da máquina administrativa, com destaque para o aparelhamento e incremento da área tecnológica.

Meta física consignada na LOA/2010 foi de 225.000 processos julgados. A execução física foi de 90,19%, considerada satisfatória, tendo sido julgados 186.854 processos no exercício de 2010. Há que se salientar o reconhecimento do Conselho Nacional de Justiça pelo desempenho deste Tribunal nas metas para o Poder Judiciário no ano de 2010, relatadas no referido Relatório de Gestão (fls. 13/14).

A meta financeira referente a pagamentos de pessoal ativo, prevista na LOA/2010 em R\$ 488.458.806,00 e acrescida de créditos adicionais da ordem de 53.477.924,00, teve 99,6% de liquidação no exercício, restando R\$ 2.095.488,62 inscritos em Restos a Pagar.

Para custeio a meta financeira prevista na LOA/2010 foi de R\$ 29.180.056,00, alterada, no curso da sua execução, por força de suplementação e cancelamento, resultando no valor de R\$ 29.064.056,00, dos quais foram pagos no exercício R\$ 26.461.760,39 e inscritos em Restos a Pagar R\$ 2.602.295,61.

Para despesas com material permanente e equipamentos, a meta financeira foi orçada em R\$ 6.463.000,00, sendo suplementada com créditos adicional resultando no valor de R\$ 6.879.000,00, dos quais foram liquidados no exercício R\$ 3.489.492,00 e inscritos em Restos a Pagar R\$ 3.389.468,67. Do referido montante, 65% foram destinados a ações de informática, correspondendo a R\$ 4.449.166,53, sendo liquidados R\$ 2.547.575,30 e restando a liquidar R\$ 1.316.287,23 .

Resultados alcançados:

a) na área de pessoal: os recursos da LOA foram suplementados em R\$ 53.477.924,00, utilizados para pagamento de vencimentos e despesas de exercícios anteriores – URV e PAE (Parcela Autônoma de Equivalência de magistrados) –, restando a liquidar R\$ 2.095.488,62 inscritos em Restos a Pagar, dos quais R\$ 2.081.815,61 foram liquidados em 2011 com pagamentos da URV e PAE.

d) na infraestrutura, destaca-se o processo de modernização do mobiliário, conforme especificações da Resolução nº 54 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT, e os serviços especializados de adaptação, ampliação e reforma de prédios.

e) na área de tecnologia da informação foi atualizado e ampliado o parque de informática com a aquisição de equipamentos, desenvolvimento e aperfeiçoamento de sistemas, projetos e soluções.

- As ações referentes a benefícios (assistência médica, odontológica e pré-escolar e auxílios alimentação e transporte) tiveram dotação inicial de R\$ 31.909.366,00, alterada no curso da execução resultando no montante de R\$ 34.808.082,00, dos quais 99,6% foram pagos no exercício, e apenas R\$ 45.765,69 foram inscritos em Restos a Pagar. As metas físicas, em termos de pessoas beneficiadas, previstas para essas ações, tiveram o seguinte desempenho:

a) Assistência Médica e Odontológica: 92,51% (previsão: 8.734 beneficiários; realização: 8.080);

b) Assistência Pré-escolar: 100,36% (previsão: 549; realização: 551);

c) Auxílio Alimentação: 93,63% (previsão: 3.484; realização: 3.262);

d) Auxílio Transporte: 78,85% (previsão: 364; realização: 287).

- As ações de Capacitação de Recursos Humanos receberam dotação inicial de R\$ 2.000.000,00 para atendimento a 6.000 servidores. Houve transferência de crédito no valor de R\$ 29.246,96 à ESAF para realizar cursos a servidores do Tribunal. A meta financeira teve 93,69% de realização no exercício, com inscrições em Restos a Pagar de R\$ 124.290,31.

A meta física alcançou 7.505 pessoas treinadas nos eventos de capacitação promovidos a servidores e magistrados pela Secretaria de Recursos Humanos e Escola Judicial, acima do total previsto de 6.000 atendimentos, com ampla utilização da ferramenta de educação à distância, implantada a partir de 2008, entre outras iniciativas. No total de treinamentos considera-se a participação em mais de um evento por servidor.

- Projeto 1B32 – Construção de Edifício de Apoio ao TRT 4

O projeto trata da construção de edificação composta de duas estruturas: torre de escritórios com nove pavimentos e auditório, estando, atualmente, orçado em R\$ 26.451.670,34, conforme consta no processo PA nº 0003865-49.2010.5.04.0000, incluindo o detalhamento do projeto, inclusão do Plenário, enquadramento à legislação ambiental municipal, climatização, automação predial e demais equipamentos previstos.

Tendo iniciado o projeto em 2007, a sua execução física até 2009 foi de 31,95%, e a financeira de R\$ 8.451.572,77 (31,95%).

Em 2010, foram executados R\$ 3.130.749,44, correspondendo a 11,84% do total do projeto, sendo R\$ 694.554,61 do orçamento consignado na LOA/2010, R\$ 888.407,83 de Restos a Pagar de 2008 e R\$ 1.547.787,00 de Restos a Pagar de 2009, consistindo, basicamente, na execução de fechamentos, revestimentos, acabamentos, coberturas e instalações.

A LOA/2010 autorizou a execução de recursos no valor de R\$ 4.000.000, para cumprimento da meta física de 15% do total desse projeto, sendo executados R\$ 694.554,61, correspondentes a 2,63% dessa meta, e inscritos em Restos a Pagar R\$ 3.305.445,39. A execução de 2,63% da referida meta em 2010 deve-se à liquidação, nesse período, de empenhos de Restos a Pagar no montante de R\$ 2.436.194,83, acima descritos.

Os resultados dessa ação programática, bem como a adequada utilização dos respectivos recursos orçamentários estão sendo acompanhados por esta Secretaria

de Controle Interno, estando prevista a conclusão da obra ainda em 2011.

- **Ação de Assistência Jurídica a Pessoas Carentes**, destinada ao pagamento de perícias técnicas realizadas por profissionais para a Justiça Gratuita. A dotação orçamentária de 2010 alcançou os resultados esperados, haja vista a meta realizada de 8.080 pessoas assistidas, representando 150,48% da meta prevista na LOA, ou seja, 8.000 pessoas assistidas.

- **Ações desenvolvidas com recursos descentralizados pelo Tribunal Superior do Trabalho:**

a) **Modernização de Instalações Físicas da Justiça do Trabalho:** os recursos recebidos foram aplicados na compra de mobiliário e aparelhos condicionadores de ar.

b) **Implantação e Manutenção do Sistema Integrado de Gestão da Informação (e-Jus):** os recursos foram utilizados para a aquisição de microcomputadores.

- **Ação 09HB – Contribuição da União para o custeio de Previdência dos Servidores:** contou com recursos orçamentários autorizados da ordem de R\$ 104.678.623,00, sendo liquidados créditos no valor de R\$ 95.353.050,61, inscritos em Restos a Pagar R\$ 500.000,00, e não utilizados R\$ 8.825.572,39 por terem sido superestimados nas suplementações para pagamento de passivos de pessoal.

1.3 Análise da gestão de recursos extra-orçamentários

1.3.1 Recursos financeiros de Restos a Pagar

Em 2010 foram liquidados e pagos R\$ 14.483.903,62 de despesas inscritas em Restos a Pagar, sendo:

a) R\$ 13.508.261,66 de empenhos de 2009, representando 92,17 % do total de R\$ 14.656.208,11 inscritos em 31/12/2009;

b) R\$ 975.641,96 de empenhos de 2008, reinscritos em 31/12/2009 por força do Decreto nº7057, de 29/12/2009.

Do total de Restos a Pagar executados em 2010, foram cancelados R\$ 641.579,66 e R\$ 506.366,79 foram reinscritos para o exercício de 2011 pelo Decreto 7.418 de 31/12/2010, sendo R\$ 54.366,79 do orçamento de 2008.

Os recursos financeiros para esses pagamentos têm lastro nas disponibilidades de Caixa dos respectivos orçamentos, à exceção dos Projetos de Obras, cujo montante inscrito em Restos a Pagar é registrado na conta de Ativo Financeiro nº 112162200 – Recursos a Receber para Pagamento de RP, sendo baixado à medida que são liquidadas as parcelas previstas, mediante programação financeira da conta nº 293120104 – Limite de Restos a Pagar Autorizado.

1.3.2 Recursos de Acordos de Cooperação

No exercício de 2010, este Tribunal deu continuidade aos acordos de cooperação firmados com o Banco do Brasil e com a Caixa Econômica Federal, com vistas à obtenção de bens e serviços voltados para a melhoria da prestação jurisdicional, em contrapartida à garantia de captação de depósitos judiciais trabalhistas àquelas instituições financeiras oficiais, bem como pela cessão de área aos citados agentes financeiros para instalação de Agências ou Postos de Atendimento Bancário e Eletrônico nas dependências do Tribunal e em sua jurisdição.

Os bens e serviços recebidos em razão dos supracitados ajustes estão sendo empregados em projetos e atividades direcionados à efetiva e direta melhoria da prestação jurisdicional, tais como aquisição de bens e pagamentos de locações, serviços de vigilância, reformas e construções de prédios.

A gestão dos citados recursos é acompanhada por esta Secretaria de Controle Interno, e foi considerada satisfatória em 2010.

Contabilmente, o acompanhamento é feito via SIAFI onde são registrados os contratos na conta de controle criada pela STN para este fim, na conta do Balancete nº191971.08.04 – Termos/Acordos para Fornecimento de Bens sem Orçamento, com lançamentos dos montantes disponibilizados pelos supracitados agentes financeiros, e das respectivas baixas pelos pagamentos efetuados em obras, instalações, locações e serviços de vigilância. As obras e instalações são, também, registradas na contas de Ativo Permanente nº 142119100 – Obras em Andamento e nº 142119200 – Instalações. Já a entrada de bens permanentes é registrada nas contas de Bens Móveis nº 14.2124200 – Mobiliário em geral e nº 14.2125100 – Peças não Incorporáveis a Imóveis.

Tendo em vista a manifestação do Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT, expressa na mensagem ASPO/CSJT nº 011/2011 que trata do ingresso de receitas extraorçamentárias, será promovido, por aquele Conselho, o planejamento orçamentário para os exercícios de 2011 e 2012 no âmbito da Justiça do Trabalho com o objetivo de efetuar os ajustes necessários para estimar e contabilizar as receitas oriundas de Acordo de Cooperação Técnica e Financeira, e executar de acordo com a legislação pertinente as despesas a elas vinculadas, em cumprimento às decisões do Tribunal de Contas da União contidas nos Acórdãos proferidos nos processos de tomada de contas TC nº 018.708/2007-4 e nº 013.671/2010-3 no sentido de que tais receitas sejam recolhidas à conta única do Tesouro Nacional, por força da Medida Provisória nº 2.170-36/2001, e as respectivas despesas sejam executadas segundo a legislação orçamentária em vigor.

1.4 Metas não atingidas e os fatos que prejudicaram o desempenho administrativo e as providências tomadas

As metas foram atingidas em percentuais satisfatórios.

2. Avaliação dos indicadores de gestão, pelo menos quanto à mensurabilidade e à utilidade do indicador, utilizados pelas unidades jurisdicionadas para avaliar o desempenho da gestão.

Os indicadores de gestão utilizados por este Órgão comparam o montante de gastos executados nas respectivas categorias de despesas com o total do orçamento disponibilizado, excluídos os Precatórios, visando a caracterizar a eficiência e eficácia da gestão dos recursos orçamentários e financeiros colocados à disposição deste Tribunal.

Na avaliação deste Controle Interno, os indicadores de gestão, abaixo demonstrados, sinalizam o bom desempenho da execução dos créditos orçamentários disponibilizados para este Órgão no exercício de 2010.

2.1 Índice de Utilização Orçamentária – IYO

O indicador compara o total de créditos executados, excluídos os referentes a Precatórios, com a dotação autorizada exceto a de Precatórios.

$$\text{IYO} = \frac{1.020.065.748,80}{1.028.891.360,62} \times 100 = 99,14 \%$$

Fonte: SIAFI

Este Indicador possibilita verificar que o orçamento autorizado foi efetivamente utilizado, permitindo o atendimento das necessidades do Órgão destacadas nos objetivos e metas do programa finalístico 0571 – Prestação Jurisdicional Trabalhista e do programa 0089 – Previdência de inativos e pensionistas.

2.2 Índice de inscrição de Restos a Pagar - IRP

Este indicador avalia se os créditos orçamentários foram utilizados no exercício de competência, sendo, portanto, um indicador de eficiência e de eficácia, pois quanto menor o percentual tanto mais eficiente e eficaz a gestão orçamentária.

$$\text{IRP} = \frac{16.926.382,89}{1.020.065.748,80} \times 100 = 1,66 \%$$

Fonte: SIAFI

O valor obtido pelo indicador IRP revela-se satisfatório por expressar, em relação ao montante das despesas empenhadas, um percentual de créditos não liquidados em 2009 relativamente baixo, indicando que a gestão do orçamento atendeu adequadamente os compromissos assumidos no período.

2.3 Índice de Despesas com Pessoal – IDP

Por meio deste indicador avalia-se a participação das despesas de pessoal e encargos sociais no total das despesas do exercício, com a exclusão dos precatórios. É um indicador de eficiência e eficácia.

$$\text{IDP} = \frac{932.052.547,49}{1.020.065.748,80} \times 100 = 91,37 \%$$

Fonte: SIAFI

Quanto ao elevado percentual obtido de IDP, justifica-se em razão da atividade-fim deste Órgão da Justiça Trabalhista, voltada para a prestação jurisdicional à sociedade, mediante o emprego de recursos humanos.

2.4 IODC – Índice de Outras Despesas Correntes

Este indicador objetiva quantificar o percentual das despesas classificadas como outras despesas correntes (GND 3). É um indicador de eficiência e de eficácia.

$$\text{IODC} = \frac{75.243.482,94}{1.020.065.748,80} \times 100 = 7,38 \%$$

Fonte: SIAFI

O indicador dos gastos realizados com o custeio da máquina administrativa, em comparação com o montante da despesa total executada, sinaliza o significativo volume de recursos empregados na manutenção e melhoria das condições materiais e físicas da instituição, mediante a aquisição de bens e serviços.

2.5 Índice de Despesas com Investimentos – IDI

Este índice busca quantificar o percentual de gastos com investimentos em relação com o total da despesa realizada, excluídos precatórios. É um indicador de eficiência e de eficácia.

$$\text{IDI} = \frac{12.769.718,37}{1.020.065.748,80} \times 100 = 1,25 \%$$

Fonte: SIAFI

Os recursos destinados a investimentos, embora no percentual mínimo de 1,25% em comparação com o total da despesa realizada pelo Tribunal, permitiram prover a unidade gestora dos meios físicos básicos ao desenvolvimento de suas atividades.

3. Avaliação sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ, devendo contemplar os aspectos abaixo especificados.

Cabe destacar, inicialmente, que, conforme previsto na Portaria do TCU nº 107/2010, referente à elaboração do Relatório de Gestão de 2010, no item 7.1 – Estruturas de controles internos –, foi realizada reunião para avaliar a estrutura de controle desta instituição da qual participaram dirigentes das áreas estratégicas deste Tribunal e esta Secretaria de Controle Interno, tendo sido avaliados os quesitos abaixo no quadro A.9.1 do Relatório de Gestão de 2010 (fl. 44).

a) ambiente de controle

No âmbito deste Tribunal, há elementos que asseguram um razoável ambiente de controle permitindo o funcionamento adequado da instituição e a consecução de seus objetivos, destacando-se:

- o suporte dado pela alta direção ao sistema interno de controles para que os objetivos desta instituição sejam atingidos e eventos indesejáveis sejam prevenidos, detectados e corrigidos;

- a adoção de controles internos, com a participação do quadro de pessoal na elaboração dos procedimentos de controle;

- a definição das responsabilidades nas delegações de autoridade e competência, com segregação de funções;

Ressalte-se que há elementos do ambiente de controle que deverão ser aprimorados, tais como:

- a formalização de código de ética ou de conduta;

- a padronização e registro dos procedimentos e instruções operacionais.

b) avaliação de risco

Quanto a este aspecto, há que se destacar que há formalização dos objetivos e metas identificados no Plano Estratégico 2010/2015 desta instituição.

Existem normas para a guarda, estoque e inventário de bens e valores, bem como manuais de gestão de contratos, de suprimento de fundos e de gestão ambiental, disponibilizados na Intranet da instituição.

Há, outrossim, nesta Unidade Jurisdicionada, coordenação capaz de avaliar e apurar responsabilidades nos casos, por exemplo, de dano ao erário e em processos disciplinares.

Por outro lado, há aspectos da avaliação de riscos que devem ser aperfeiçoados, em especial:

- diagnóstico de riscos operacionais, de informações e de conformidade;

- avaliação, mensuração e classificação de riscos de modo a contribuir para a tomada de decisão.

Cumprido ressaltar, quanto ao aspecto da avaliação de riscos, que está em fase de tramitação proposta de capacitação em Auditoria Governamental com foco também na análise de riscos, elaborada por esta Secretaria de Controle Interno, em parceria com outros Órgãos Públicos, destinada a servidores de unidades de Controle Interno deste Tribunal e de outras instituições.

c) procedimentos de controle

São adotadas políticas e ações para diminuir riscos e atingir os objetivos da instituição, e as atividades de controle são abrangentes e razoáveis.

d) informação e comunicação

A qualidade da informação e a respectiva comunicação, no âmbito deste Tribunal, têm auxiliado na tomada de decisão e na execução das responsabilidades nos diversos níveis hierárquicos.

e) monitoramento

Há que se registrar que os bons resultados obtidos pela atual estrutura e funcionamento do sistema de controle interno, decorre, também, do fato de que tal sistema está em constante processo de monitoramento e avaliação, contribuindo, assim, para a melhoria da qualidade do desempenho desta instituição.

Esta Secretaria de Controle Interno está empenhada no esforço de aprimorar o sistema de controle interno da área administrativa deste Tribunal com a adoção de técnicas de auditoria voltadas para o monitoramento e avaliação dos controles internos, em conformidade com as diretrizes emanadas pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, bem como pelo Conselho Nacional de Justiça e Tribunal de Contas da União.

4. Avaliação da situação das transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência.

Este item não se aplica a este Tribunal do Trabalho da 4ª Região tendo em vista que não faz transferência de recursos financeiros consignados no orçamento da União, não se enquadrando, portanto, nas modalidades de transferência especificadas no quesito supra e detalhadas no item 6.1 da Portaria-TCU nº 277/2010, que trata da elaboração Relatório de Gestão do exercício de 2010.

5. Avaliação, por amostragem, da regularidade dos processos licitatórios realizados por UJ, incluindo os atos relativos à dispensa e à inexigibilidade de licitação, selecionados pelo OCI com base nos critérios de materialidade, relevância e risco. O exame da regularidade dos processos da amostra deve contemplar os elementos abaixo:

- a) Motivo da contratação;**
- b) Modalidade, objeto e valor da contratação;**
- c) Fundamentação da dispensa ou inexigibilidade;**
- d) Identificação do Contratado (nome/razão social e CPF/CNPJ).**

Nos quadros abaixo, está contida a avaliação, por amostragem, da regularidade dos processos licitatórios.

5. Avaliação, por amostragem, da regularidade dos processos licitatórios, incluindo os atos relativos à dispensa e à inexigibilidade de licitação

Motivo da contratação	Modalidade	Objeto da contratação	Valor	Fundamentação da dispensa ou inexigibilidade	Identificação do Contratado	CPF/CNPJ
A Presidência e a Comissão Social e Relações Institucionais deste TRT entenderam que a Justiça do Trabalho Gaúcha, à semelhança do que já ocorre com outros TRT's (SC, RN, GO e RO), deveria ocupar espaços fixos na televisão, como forma de aumentar a divulgação de informação e prestação de serviços das atividades deste TRT	Pregão Eletrônico 75/09	Gravação, edição e veiculação de 52 programas "Justiça do Trabalho"	R\$ 224.400,00	///	Dr 50 Video Comunicação Ltda.	93.631.067/0001-05
A presente contratação justifica-se tendo em vista que (i) a Vara do Trabalho de São Gabriel funcionava em prédio locado, (ii) o município de São Gabriel doou terreno para a construção do edifício sede da Vara do Trabalho, conforme Lei nº 3.090, de 02/04/2008 e (iii) as despesas decorrentes da presente contratação correram por conta de recursos oriundos do Convênio nº 50/08, firmado com o Banco do Brasil em 20/06/2008	Concorrência 04/09	Construção do prédio da Vara do Trabalho de São Gabriel	R\$ 1.536.442,83	///	DG Engenharia e Construções Ltda.	93.863.074/0001-32
De acordo com o planejamento das despesas de informática vigente no TRT, é prevista a substituição das impressoras multifuncionais ao final da respectiva garantia, bem como uma pequena expansão na quantidade para atender unidades que ainda não dispõem do recurso e novas unidades que estão por ser criadas conforme projeto em tramitação junto ao Congresso Nacional	Pregão Eletrônico 73/09	Impressora multifuncional e laser e respectivos Suprimentos	R\$ 4.020.000,00	///	Microsens Ltda.	78.126.950/0003-16
O serviço a ser contratado se justifica, em função do crescimento da estrutura do TRT da 4ª Região, com novos prédios e novas unidades na Capital e no interior, extrapolando, assim, a capacidade do Setor de Eletricidade e Comunicações em atender este crescente número de demandas. Observado que o ATO Nº 193/2008 – do CSJT, impede a contratação de novos servidores para a especialidade técnica de Eletricidade e Comunicações	Pregão Eletrônico 79/09	Manutenção de instalações prediais com execução de serviços de eletricidade, redes informatizadas e telefônica em POA e região metropolitana	R\$ 176.750,00	///	Exceler Brasil Serviços e Comércio Ltda.	05.010.523/0001-32
As constantes modificações nas relações de trabalho geram crescente necessidade de aperfeiçoamento dos profissionais do direito, dentre eles os magistrados e servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. Pretende-se, assim, proporcionar maior celeridade e melhor técnica na resolução dos conflitos advindos das relações de trabalho	Compra Direta 126/09	Curso de Especialização em Direito do Trabalho	R\$ 228.001,50	Art. 24, inciso XIII, Lei 8.666/93	Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul	74.704.008/0001-75

Motivo da contratação	Modalidade	Objeto da contratação	Valor	Fundamentação da dispensa ou inexigibilidade	Identificação do Contratado	CPF/CNPJ
Serviços necessários para adequação das novas instalações da Vara do Trabalho de Rosário do Sul/RS, tais como demolição de alvenarias, execução de pisos cerâmicos, execução de instalações hidráulicas e sanitárias, instalação de condicionadores de ar tipo "split", instalação de pontos lógicos, instalação de pontos elétricos, instalação de luminárias, execução de pintura interna e demais serviços afins e correlatos, conforme os anexos de especificações técnicas e o respectivo projeto	Tomada de Preços 02/10	Reforma de Prédio: novas instalações VT de Rosário do Sul	R\$ 239.933,57	///	Mallmann Construções e Planejamentos Ltda.	90.190.109/0001-21
Necessidade de planejar a estrutura e organização da Escola de Administração Judiciária - EAJ; elaborar o projeto pedagógico da EAJ; qualificar a equipe de gestão e pedagógica; identificar atribuições, levantar necessidades e desenvolver propostas pedagógicas para a formação inicial, continuada e avançada de servidores das Vara e do Tribunal	Compra Direta 752/10-4	Consultoria para implementação da Escola de Administração Judiciária	R\$ 1.39.860,00	Art. 25, inciso II, combinado c/ o inciso III do art. 13, Lei 8.666/93	Ephistheme - Pesquisa e Planejamento em Educação Ltda.	08.259.573/0001-46
O Foro do Trabalho de Santa Maria foi escolhido como projeto prioritário da contratação da execução de instalações elétricas e lógicas em unidades judiciárias do interior	Tomada de Preços 03/10	Execução de Rede Eletrológica no Foro Trabalhista da Santa Maria	R\$ 215.611,97	///	ARJ Engenharia Ltda.	05.971.001/0001-05
De acordo com o contido no Ofício Circular nº 55/2010 – CSJT-SG-ASTIC, serão custeados pelo CSJT a aquisição de microcomputadores com um monitor, por meio de adesão ao item 1 da Ata de Registro de Preços, referente ao Pregão Eletrônico TST nº 018/2010	Registro de Preços Adesão 18/10	Aquisição de microcomputadores Estações de Trabalho para os Órgãos da Justiça do Trabalho – microcomputadores de uso corporativo, com suporte de serviços associado, incluindo prestação de assistência técnica em garantia	R\$ 1.247.400,00	///	Itautec S/A	54.526.082/0004-84
Fornecimento de dois elevadores para 14 passageiros cada, com nove paradas, incluindo a prestação dos serviços de manutenção mensal para o Prédio Anexo Administrativo do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, sito na Av. Praia de Belas, 1100	Pregão Eletrônico 036/10	Fornecimento, instalação e manutenção integral de sistema de transporte vertical (elevadores)	R\$ 344.000,00	///	Elevadores Atlas Schindler S.A.	00.028.986.0030-42
O treinamento tem como objetivo geral garantir o sucesso da execução do Planejamento Estratégico Institucional da Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul, mediante capacitação das pessoas que integrarão a equipe de gestores dos projetos estratégicos, os responsáveis por indicadores, a equipe de comunicação e outras que apoiarão a equipe na execução das atividades	Compra Direta 766/10	Capacitação de servidores e magistrados do Tribunal para a fase de execução do Planejamento Estratégico Institucional, aprovado em 20 de junho de 2010	R\$ 130.000,00	Art. 25, inciso II, combinado c/ o inciso VI do art. 13, Lei 8.666/93	Symmetrics Consultoria Empresarial Ltda.	62.857.420/0001-46
Prossiguir com o Programa de Assistência Médico-hospitalar, tendo em vista o fim da vigência do Contrato nº 91/2005	Pregão 01/10	Contratação de serviço de assistência médica, hospitalar e ambulatorial	R\$ 770.000,00 (preço estimado mensal)	///	Unimed Porto Alegre – Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico Ltda.	87.096.616/0001-96
Necessidade de atualização tecnológica dos equipamentos e renovação da garantia para restabelecer as condições ideais de manutenção e atualização do sistema de busca Google Search Appliance, adquirido através do Pregão Eletrônico nº 09/2008	Pregão Eletrônico 59/10	Atualização tecnológica, renovação da garantia e expansão do sistema de busca corporativa Google Search Appliance	R\$ 814.999,68	///	CODE Soluções de Tecnologia Ltda.	10.917.213/0001-36

Motivo da contratação	Modalidade	Objeto da contratação	Valor	Fundamentação da dispensa ou inexigibilidade	Identificação do Contratado	CPF/CNPJ
Necessidade de serviços de reforma para adequação das salas da Secretaria de Informática, Secretaria do Tribunal Pleno, 1ª Seção de Dissídios Individuais e Seção de Dissídios Coletivos localizados no 11º Pavimento do Prédio Sede do Tribunal	Tomada de Preços 08/10	Reformas no Prédio-sede do TRT da 4.ª Região	R\$ 256.735,36	///	Mallmann Construções e Planejamentos Ltda.	90.190.109.0001-21
O serviço a ser contratado se justifica em função do crescimento da estrutura do TRT da 4ª Região, com novos prédios e novas unidades, extrapolando, assim, a capacidade do Setor de Edificações e Metalurgia em atender este crescente número de demandas. Observe-se que o ATO No 193/2008 - do CSJT, impede a contratação de novos servidores para a especialidade técnica de Edificações e Metalurgia	Pregão Eletrônico 70/10	Serviço de manutenção das instalações prediais, no regime de tarefa, a ser realizado nos imóveis do TRT, em Porto Alegre e Região Metropolitana, com material incluído	R\$ 497.000,00 (preço estimado total)	///	Jecris Construtora e Incorporadora Ltda.	11.142.802/0001-52
Os equipamentos objeto da aquisição pretendida destinam-se à renovação do parque de microcomputadores deste Tribunal que estão com a garantia por findar, bem como à expansão do parque para atender o aumento no número de usuários do corrente exercício	Registro de Preços Adesão 28/10	Microcomputadores	R\$ 1.603.800,00	///	Itautec S/A – Grupo Itautec	54.526.082/0004-84
Os equipamentos objeto da aquisição pretendida destinam-se à renovação do parque de servidores que sustentam a rede e os bancos de dados nos Foros do interior do Estado, bem como das aplicações de bancos de dados, aplicações web, gabinete virtual, correio eletrônico e outras centralizadas nos <i>datacenters</i> de Porto Alegre	Registro de Preços Adesão 27/10	Computadores servidores e serviço de instalação dos equipamentos	R\$ 560.760,00	///	LTA – RH Informática, Comércio, Representações Ltda.	94.316.916/0003-60
Necessidade de reforma e adaptação do imóvel locado para o funcionamento do Posto da Justiça do Trabalho na cidade de São Sebastião do Cai	Tomada de Preços 11/10	Adaptação de prédio – PJT São Sebastião do Cai	R\$ 137.036,62	///	Técnica Construções Ltda.	04.122.041/0001-01
Necessidade de uma ferramenta que atenda de forma adequada às necessidades atuais e futuras da Secretaria de Informática no que diz respeito ao gerenciamento de programas e projetos, controle de recursos, gestão de contratos, controle de custos de projetos, <i>workflow</i> de processos e balanceamento estratégico.	Pregão Eletrônico 78/10	Solução integrada de software de gestão de portfólios e projetos, incluindo licenças de uso, serviços de instalação, implantação, consultoria e treinamento	R\$ 173.877,14	///	Trace Sistemas Ltda.	91.533.653/0001-91

6. Avaliação da gestão de recursos humanos, destacando, em especial, a força de trabalho existente e a observância à legislação sobre admissão, remuneração, cessão e requisição de pessoal, bem como, se for o caso, sobre concessão de aposentadoria, reforma e pensão.

6.1 Servidores Ativos

6.1.1 Número de servidores por categoria funcional

Na avaliação desta unidade de controle interno, foi observada, no âmbito deste Tribunal, a legislação aplicável aos quantitativos de servidores por categoria funcional.

6.2 Aspectos legais observados (inclusive registro do ato no TCU) quanto à:

6.2.1 Admissão

Relativamente às admissões de servidores, este Controle Interno avalia que vêm sendo seguidos os preceitos basilares da Lei nº 8.112/90, bem como o contido na Instrução Normativa TCU nº 55/07.

Nas fichas de admissões é observada a correção dos seguintes dados, entre outros:

- a) dados do concurso e ordem de classificação do candidato nos termos do edital, bem como o cargo ao qual se candidatou;
- b) datas de nomeação, posse e efetivo exercício do servidor, relativamente aos prazos legais;
- c) tipo, número e motivo da vaga relativamente ao cargo no qual o servidor ingressará.

6.2.2 Remuneração

Manifesta-se este Controle Interno pela observância, no tocante à elaboração da folha de pagamento deste Tribunal Regional do Trabalho, da legislação aplicável à remuneração de pessoal.

6.2.3 Cessão e Requisição

Este Controle Interno tem verificado que a cessão e requisição de servidores do quadro de pessoal do TRT da 4ª Região para outro órgão têm se dado por autorização expressa do Órgão Especial deste Tribunal para exercício de cargo em comissão ou função de confiança, bem como nos casos previstos em leis específicas, sendo observadas as regras do artigo 93 da Lei nº 8.112/90.

6.2.4 Concessão de Aposentadoria

Na avaliação desta Secretaria de Controle Interno, a concessão de aposentadoria neste Tribunal é processada de acordo com a legislação vigente à época da concessão, atentando-se para o tempo de serviço público e/ou privado, licenças no que couber, vencimento e vantagens, exercício de funções comissionadas, aplicando-se a tabela de fundamentos legais e vantagens do Tribunal de Contas da União.

Foram concedidas 54 aposentadorias em 2010.

6.2.5 Concessão de Pensão

Igualmente, avalia este Controle Interno que a concessão de pensão é processada de acordo com a legislação vigente, à data do óbito do instituidor, aferindo seus dados pessoais, tempo de serviço, gratificação adicional por tempo de serviço se houver, ato de aposentadoria, vencimento e vantagens; quanto ao beneficiário, verificam-se os dados pessoais, a relação de parentesco com o instituidor, aplicando-se a tabela de fundamentos legais e vantagens do Tribunal de Contas da União.

Foram concedidas 23 pensões em 2010.

7. Avaliação do cumprimento pela UJ das determinações e recomendações expedidas pelo TCU, pelo Órgão de CI e pela unidade de CI, quando existir na estrutura do órgão, analisando as eventuais justificativas do gestor para o descumprimento, bem como as providências adotadas em cada caso.

a) determinações e recomendações expedidas pelo TCU

Foi atendida satisfatoriamente a determinação contida no Acórdão 6303/2010, apontada no citado Relatório de Gestão (fl.55) com a exoneração de servidor com cargo em comissão de Assessor.

b) determinações e recomendações expedidas pela unidade de Controle Interno

As determinações e recomendações desta unidade de controle interno, destacadas no Relatório de Gestão, item 16.1 (fls.56 a 78) foram atendidas satisfatoriamente no exercício.

Já em relação às que ainda estão pendentes de solução, apontadas no item 16.2 (fls. 78 a 83) do referido Relatório de Gestão, os setores responsáveis estão desenvolvendo ações no sentido de complementá-las adequadamente.

8. Avaliar se a UJ tinha capacidade de intervir previamente sobre as causas que ensejaram a ocorrência de passivos sem a consequente previsão orçamentária de créditos ou de recursos, bem como as medidas adotadas para a gestão desse passivo, se for o caso.

Não houve registros de reconhecimento de passivos com fornecedores e prestadores de serviço por insuficiência de créditos ou recursos no exercício de 2010.

9. Avaliação quanto à conformidade da inscrição de Restos a Pagar no exercício de referência, nos termos do artigo 35 do decreto 93.872/86, ou legislação que o altere. Art 35.

Foi respeitada a determinação contida nos incisos I e II do art. 35 do decreto 93.872/86, abaixo transcrito, na inscrição de Restos a Pagar em 31 de dezembro de 2010.

Art. 35 O empenho de despesa não liquidada será considerado anulado em 31 de dezembro, para todos os fins, salvo quando: I - vigente o prazo para cumprimento da obrigação assumida pelo credor, nele estabelecida; II - vencido o prazo de que trata o item anterior, mas esteja em curso a liquidação da despesa, ou seja de interesse da Administração exigir o cumprimento da obrigação assumida pelo credor; III - se destinar a atender transferências a instituições públicas ou privadas; IV - corresponder a compromissos assumido no exterior

10. Relação das irregularidades que resultaram em dano ou prejuízo, verificadas por meio da auditoria de gestão e suportadas por evidências devidamente caracterizadas, indicando os atos de gestão ilegais, ilegítimos ou antieconômicos, os responsáveis, o valor do débito e as medidas implementadas com vistas à correção e ao ressarcimento, conforme Quadro III.A.1, acompanhada de avaliação conclusiva sobre as justificativas apresentadas pelos responsáveis.

Não houve, no período em análise, apuração de dano ou prejuízo decorrentes de atos de gestão ilegais, ilegítimos ou antieconômicos.

11. Falhas e irregularidades constatadas que não resultaram em dano ou prejuízo e que ainda não tenham sido corrigidas pelo gestor ou cujas justificativas não tenham sido acatadas, indicando os responsáveis, conforme Quadro III.A.1, e fazendo constar avaliação conclusiva.

Não houve, no período em análise, falhas e irregularidades pendentes de correção por parte do gestor, ou cujas justificativas não tenham sido acatadas.

12. Avaliação individualizada e conclusiva sobre as justificativas apresentadas pelos responsáveis sobre as irregularidades verificadas na auditoria de gestão e incluídas no relatório de auditoria de gestão do exercício.

Não foram verificadas irregularidades na presente auditoria de gestão.

13. Avaliação objetiva da posição patrimonial e financeira da entidade, ressaltando os aspectos de confiabilidade das informações e a aderência às normas em vigor.

13.1 Posição patrimonial

Comparando-se a evolução patrimonial de 2008 a 2010, verifica-se que:

a) o Patrimônio Líquido apresentou a seguinte evolução:

- 2010: R\$ 110.339.825,45
- 2009: R\$ 104.033.746,71
- 2008: R\$ 56.115.679,27

Confrontando-se os valores acima, constata-se que houve, em 2010, 6% de acréscimos no Patrimônio Líquido em relação a 2009 e 97% em comparação a 2008, por conta da diferença positiva entre os Ativos e Passivos Financeiros e Não Financeiros.

d) o Ativo Permanente apresentou a seguinte evolução:

- 2010: R\$ 150.167.343,74
- 2009: R\$ 135.336.872,94
- 2008: R\$ 124.405.099,25

Constata-se, comparando-se os saldos anuais supra, que, em 2010, houve acréscimos do Ativo Permanente de 11% em relação a 2009 e de 21% em relação a 2008.

No exercício de 2010, houve acréscimos do imobiliário deste Órgão do Poder Judiciário com transferência de dois imóveis pela Secretaria de Patrimônio da União, no valor de R\$ 2.089.329,50 referente a terreno em Porto Alegre (documento SIAFI nº 2010NL800074) e no município de Santo Ângelo (documento SIAFI 2010NL800081), bem como outras incorporações de bens imóveis (obras em andamento e instalações) totalizando R\$ 11.703.123,29.

Quanto aos bens armazenados no Almoxarifado, cabe destacar que foi realizada, em dezembro de 2010, a Tomada de Contas Anual do Almoxarifado (PA nº 0008740-62.2010.5.04.0000), por comissão designada pela Portaria nº 6.228/2010, tendo sido constatado que o estoque de itens pesquisado é compatível com os registros do Sistema de Almoxarifado. O Serviço de Contabilidade confirmou, no referido Processo Administrativo, que há perfeita consonância dos valores registrados no

Demonstrativo da Movimentação de materiais do Almoxarifado com os dados constantes do Balancete de dezembro/2010, conta 113180100 – Estoques Internos – Almoxarifado – Materiais de Consumo.

Com relação ao controle dos ativos de Tecnologia da Informação, a saber: dados, hardware, software e instalações, consta, no relatório elaborado pela Secretaria de TI deste Tribunal e enviado ao TCU em atendimento à determinação contida no Acórdão 381/2011, que estão previstas ações para inventariar todos os ativos de informação, bem como implementar solução capaz de consolidar os inventários dos ativos de informação.

13.2 Posição financeira

Não houve superávit nem déficit financeiro em 2010, pois o Ativo e o Passivo financeiros igualaram seus saldos em R\$ 299.546.338,14.

Os recursos financeiros decorrentes de sub-repasses do Tribunal Superior do Trabalho permitiram o pagamento de despesas no montante de R\$ 1.044.832.552,28 (conta SIAFI 193210701 – Pagamentos Efetuados), incluindo pagamento de Precatórios no valor de R\$27.176.076,57 (Contas SIAFI 331909105; 331909106; 331909107; 333919102), bem como o pagamento de empenhos de Restos a Pagar de 2009 e 2008, reinscritos, no total de R\$ 14.483.093,62 (conta SIAFI 295110300- Restos a Pagar Não Processados Pagos).

No Balanço Financeiro, as Obrigações em Circulação, no montante de R\$ 17.432.749,68, correspondem a Restos a Pagar, dos quais R\$ 506.366,79 (conta SIAFI 295110100 – Restos a pagar Não Processados a Liquidar) são Restos a Pagar de 2008, e contam com os recursos disponíveis em Caixa em dezembro de 2010, no valor de R\$ 13.877.067,08 (conta SIAFI 112160400), bem como recursos a receber para pagamentos de Projetos inscritos em Restos a Pagar no valor de R\$ 3.556.316,58 (conta SIAFI 112162200 – Recursos a Receber para Pagamento de Restos a Pagar).

13.3 Confiabilidade das informações

As informações sobre a posição patrimonial e financeira são principalmente fornecidas pelo balanço patrimonial e demais demonstrativos contábeis, cujos elementos refletem, adequadamente, a movimentação de bens, recursos e demais atos e fatos decorrentes da gestão orçamentária, financeira e patrimonial no exercício de 2010 nesta instituição do Poder Judiciário Federal.

13.4 Aderência às normas em vigor

Foram seguidas as normas da legislação aplicável à gestão patrimonial e financeira, em especial as contidas na Lei nº 4.320/1964, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO nº 12.017/2009 e na Lei Orçamentária Anual – LOA nº 12.214/2010.

Convém ressaltar que estão sendo tomadas providências no sentido de adequar a contabilização dos bens móveis e imóveis às seguintes normas técnicas:

a) **norma nº 021107 do SIAFI** – Imóveis de Propriedade da União –, em especial o que diz respeito à avaliação e reavaliação dos imóveis no sistema SPIUnet, e, por via de consequência no SIAFI – Ativo Imobilizado, cujas alterações devem basear-se naquele sistema de cadastramento do patrimônio - SPIUnet;

b) **norma nº 020330 do SIAFI** – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações –, cuja aplicação é a partir do exercício contábil de 2010, conforme item 2 dessa norma, e que deve envolver não apenas os bens móveis, que já estão sendo depreciados no SIAFI, conta 142900000, mas também os imóveis passíveis de depreciação;

Outrossim, em atenção à determinação da **Medida Provisória nº 2.170-**

36/2001, em seu Art. 1º, de que todas as receitas da União e de suas autarquias e fundações públicas sejam recolhidas à conta única do Tesouro Nacional, será promovido pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, conforme consta neste Relatório de Auditoria, item 1.3.2, o planejamento orçamentário para os exercícios de 2011 e 2012 no âmbito da Justiça do Trabalho, com o objetivo de efetuar os ajustes necessários para estimar e contabilizar as receitas oriundas de Acordos de Cooperação Técnica e Financeira, que, também, este Tribunal mantêm com o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

14. Avaliação quanto à objetividade dos critérios adotados para a aferição da qualificação técnica e capacidade operacional para o chamamento público de convenientes com entidades privadas sem fins lucrativos, conforme Art. 5º do Decreto 6.170/2007.

Não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada.

15. Avaliação objetiva sobre a atualização das informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres disponíveis, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o § 3º do art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.

As informações contidas no SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais –, atinentes aos contratos de 2010, estão devidamente atualizadas.

Cumprir relatar que restam dois contratos de 2010 para serem cadastrados no SIASG, estando em andamento as providências para a sua inserção nesse sistema.

Relativamente ao sistema SICONV – Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria –, cabe esclarecer que não é utilizado por esta Unidade Jurisdicionada, tendo em vista não realizar transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse.

16. Avaliação objetiva sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730/1993 pela UJ, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas, destacando os controles existentes na UJ para garantir que as autoridades e servidores públicos alcançados pela referida norma estejam cumprindo as exigências legais previstas.

Foram examinadas 2.337 Declarações de Imposto de Renda, ano-calendário 2009, quanto à variação patrimonial, dos servidores detentores de cargos em comissão e de funções gratificadas, no momento da posse e/ou exercício e na vacância de servidores, nos termos da Lei nº 8.730/93 e IN/TCU nº 005/94, manifestando-se este Controle Interno pela observância das normas pertinentes no âmbito deste Tribunal.

O controle da entrega das declarações de imposto de renda foi efetuado pela Secretaria de Recursos Humanos do Tribunal, através das seguintes providências: inicialmente, foi publicada, no Boletim de Serviço deste TRT 4ª Região, mensagem informando quem estava obrigado a entregar cópia da declaração do imposto de renda e respectivo recibo. Posteriormente, foi divulgada mensagem nos microcomputadores quando da conexão à rede interna do TRT 4ª Região, acerca da necessidade de entrega de cópia da declaração de IRPF e recibo, e, finalmente, a Secretaria de Recursos

Humanos enviou ofício àqueles que não apresentaram os citados documentos, estipulando um prazo para entregá-los. Expirado esse prazo, a Secretaria de Controle Interno enviou ofício ao Tribunal de Contas da União, listando os servidores inadimplentes.

Por ocasião da posse ou exercício no cargo efetivo, é entregue uma cópia da última declaração do imposto de renda ou uma relação atualizada dos bens à Secretaria de Recursos Humanos.

Junto ao pedido de vacância, são entregues vários documentos à Secretaria de Recursos Humanos, dentre eles cópia da última declaração do imposto de renda ou declaração atualizada de bens daqueles que já haviam entregue referida cópia ao Tribunal.

Os magistrados apresentaram cópia da declaração de ajuste anual do Imposto de Renda, ano-calendário 2009, para a Secretaria de Recursos Humanos, as quais, posteriormente, foram encaminhadas ao Tribunal de Contas da União.

17. Avaliação objetiva acerca da aderência da UJ em relação à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras, bem como sobre informações relacionadas à separação de resíduos recicláveis descartados, em observância, respectivamente, à Instrução Normativa nº 1/2010 e a Portaria nº 2/2010, ambas da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e ao Decreto nº 5.940/2006.

Quanto a este quesito, cabe, inicialmente, assinalar que este Órgão do Poder Judiciário possui comissão de gestão ambiental – COGEAM – incumbida de divulgar práticas sustentáveis para servidores, magistrados e usuários da Justiça do Trabalho, com distribuição de material informativo e promoção de campanhas para redução do consumo de papel, energia elétrica, água, telefone e combustíveis.

Igualmente, têm sido adotadas práticas voltadas para a sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e serviços, tais como:

- especificações para aquisição de bens mais eficientes e poupadores de energia, como lâmpadas, aparelhos de ar condicionado, computadores e impressoras;
- foi adquirido veículo bicomustível;
- permuta de material reciclável (papel) por papel higiênico e papel toalha; cartuchos de tinta e toner de impressoras vazios são trocados por novos.

18. Avaliação objetiva sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros, principalmente quanto ao estado de conservação, valor do imóvel, despesas efetuadas com a manutenção, inserção e atualização das informações no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet, quando de uso obrigatório pela UJ.

Inicialmente, cumpre esclarecer que, no Relatório de Gestão de 2010, item 11- Patrimônio Imobiliário (fl.48), o quadro A.11.1, referente à distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União, inclui, no quantitativo de imóveis, prédios novos e terrenos em processo de cadastramento na Superintendência do Patrimônio da União, os quais ainda não constam no SPIUnet.

18.1 Estado de conservação dos bens imóveis

De acordo com a avaliação feita pelos setores responsáveis pela gestão do patrimônio imobiliário deste Tribunal, consignada no Relatório de Gestão do exercício

de 2010, no quadro A.11.3 (fl. 50), o estado de conservação é satisfatório, à exceção dos imóveis abaixo discriminados cuja avaliação, abaixo transcrita, foi feita pelo Serviço de Engenharia e Arquitetura deste Tribunal - SEARQ, com a indicação das ações tomadas para sanear os problemas detectados:

a) Prédio localizado no município de Novo Hamburgo:

De acordo com a avaliação do SEARQ:

-a área de saguão do prédio do Foro Trabalhista não é suficiente para comportar a quantidade de pessoas que busca a prestação jurisdicional na maior parte dos dias de audiências;

- as cinco Varas Trabalhistas dispõem de área inferior ao mínimo necessário para comportar o número de servidores, pois a atual sede foi construída para comportar quatro Varas do Trabalho, e, posteriormente, foi adaptada para receber a quinta Vara, bem como áreas acessórias, como postos bancários, central de mandados, sala da OAB;

- há graves problemas de drenagem urbana da via pública que passa na frente do Foro, implicando recorrentes problemas de inundações de todos os espaços ocupados atualmente no térreo, impossibilitando o desenvolvimento dos trabalhos na área;

- Há problemas, ainda, de comprometimento da cobertura e entupimento de calhas por folhas secas com a ocorrência de infiltrações frequentes;

Com vistas a sanear tais problemas, a direção do SEARQ informa que já foram realizadas ações pontuais, tais como:

- a Prefeitura do município fez doação de uma área para construção de uma nova sede, possibilitando o início da elaboração dos projetos para a construção da nova sede, tendo em vista que a atual encontra-se em nível topográfico baixo;

- foi solicitada a limpeza, no mínimo semanal, das calhas, para evitar o entupimento por folhas secas.

b) Prédio no município de Pelotas:

A edificação antiga foi desocupada em 2011, com a conclusão da nova sede, inaugurada em 22/10/2010, tendo sido efetuada sua transferência para a Superintendência do Patrimônio da União em 17/05/2011, pelo documento do SIAFI nº 2011NL800001, excluindo seu cadastro vinculado a esta unidade gestora no SPIUnet.

c) Prédio no município de Santana do Livramento:

Informa a Direção do SEARQ que:

- por se tratar de edificação antiga, há carência de áreas acessórias de apoio à atividade da Vara do Trabalho, como postos bancários, além de não dispor de área mínima necessária para comportar o número atual de servidores;

- há patologias crônicas no que tange a infiltrações do pavimento térreo, já tendo havido inundação do arquivo, uma vez que se trata de pavimento parcialmente enterrado, em relação à divisa com os vizinhos, sem solução eficaz; ainda, por se tratar de pavimento semienterrado, impossibilita a existência de janelas, ou seja, alguns ambientes não possuem ventilação e iluminação natural;

- como a localização do prédio atual não é adequada, e não há solução eficaz para o problema das infiltrações, foi doado, pela Prefeitura do município, terreno para construção de uma nova sede, tendo sido realizados os projetos e contratada a execução da obra.

d) Prédio no município de São Leopoldo:

Quanto às condições de conservação e manutenção desse prédio, informa a direção do SERQ que:

- por se tratar de edificação antiga, as varas dispõem de área inferior ao mínimo necessário para comportar o número atual de servidores;

- por outro lado, a disponibilização de um microcomputador por servidor foi incompatível com a rede eletrológica existente, cuja instalação é obsoleta. O incremento de equipamentos e pessoas laborando no mesmo ambiente exigem climatização, e

somente recentemente se pôde instalar novo parque de climatizadores que não impactasse a carga elétrica instalada;

- como a maior problemática do prédio atual do Foro é a falta de espaço físico, o Tribunal adquiriu, recentemente, dois imóveis lindeiros, para possibilitar a edificação de um prédio anexo, ampliando os espaços e adequando a edificação existente;

- para melhoria imediata das condições atuais, o arquivo está sendo transferido para uma casa existente em um dos terrenos adquiridos, ampliando-se, assim, o espaço do térreo do Foro.

18.2 Valor dos imóveis

Os valores constantes do SIAFI e do SPIUnet serão atualizados para se adequar às orientações contidas na norma da Secretaria do Tesouro Nacional (macrofunção do SIAFI) nº 021107 – Imóveis de Propriedade da União –, pois a última avaliação do conjunto de imóveis da União sob responsabilidade deste Tribunal ocorreu em 2000.

Em relação às reavaliações, foram considerados, em 2010, os valores utilizados para a contratação do seguro dos imóveis.

Cabe assinalar, porém, que estão sendo tomadas providências pelos setores competentes para a devida reavaliação dos imóveis, em conformidade com as disposições da norma (macrofunção do Manual do SIAFI) nº 020330 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações –, cuja aplicação é a partir do exercício contábil de 2010, conforme item 2 dessa norma.

18.3 Despesas efetuadas com a manutenção

Os serviços contratados com recursos orçamentários para manutenção e conservação de bens imóveis permitiram manter, melhorar e ampliar a estrutura física dos prédios onde atua a Justiça Trabalhista no Rio Grande do Sul.

18.4 Inserção e atualização das informações no SPIUnet

Há inserções referentes a imóveis que ainda não foram feitas nesse sistema pela Superintendência do Patrimônio da União.

Cumprе salientar que consta no Relatório de Gestão, à fl.50, a informação de que, em 2011, serão implementadas ações visando a adequar os dados no SPIUnet; tais providências serão acompanhadas por esta Secretaria de Controle Interno.

19. Avaliação objetiva sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ, destacando o planejamento existente, o perfil dos recursos humanos envolvidos, os procedimentos para salvaguarda da informação, a capacidade para o desenvolvimento e produção de sistemas e os procedimentos para a contratação e gestão de bens e serviços de TI.

Antes de iniciar a avaliação dos diversos aspectos da gestão da TI especificados no item supra, cumpre destacar que o Tribunal de Contas da União realizou auditoria nesta Unidade Jurisdicionada com o objetivo de avaliar controles gerais de tecnologia da informação, sendo proferida decisão exarada no Acórdão 381/2011- Plenário, contendo recomendações, determinações e alertas, acerca dos quais o Tribunal do Trabalho da 4ª Região manifestou-se, no prazo estipulado, por meio de relatório, encaminhado ao TCU mediante Ofício TRT GP nº 033/2011, sobre as providências tomadas com vistas a sanear os problemas verificados, bem como sobre

plano de ação para implementar as medidas pertinentes,

Igualmente, cabe assinalar que esta Secretaria de Controle Interno recebeu, no citado Acórdão TCU 381/2011, recomendação (item 9.1.11) para apoiar a avaliação da Tecnologia da Informação, em face da Resolução CNJ 09/2009, e observar as orientações da Norma Técnica – ITGI – Cobit 4.1, ME2 – monitorar e avaliar os controles internos.

Em atenção à recomendação supra, serão implementadas ações voltadas a monitorar os processos de controle interno de atividades de Tecnologia da Informação, assegurando que os objetivos de TI sejam atingidos, bem como assegurando a conformidade com as leis e regulamentos de tecnologia da informação, identificando ações de melhoria, conforme as Normas Técnicas estabelecidas pelo ITGI – Instituto de Governança de TI, nos Objetivos de Controle da Tecnologia da Informação – COBIT, na parte referente aos controles de monitoramento e avaliação – ME2 (Monitoring and Evaluation 2).

Outrossim, considerando que na atual estrutura desta Secretaria de Controle Interno não há pessoal especializado com formação em Tecnologia da Informação ou capacitado para monitorar e avaliar a gestão de TI segundo as normas técnicas do COBIT, recomendadas pelo TCU, será apresentado à alta Administração deste Tribunal, no primeiro semestre de 2011, projeto de reestruturação desta Secretaria com vistas a contemplar a criação de um Setor de Controle de TI com servidor capacitado para tal tarefa.

A análise da gestão de TI, abaixo discriminada, teve por base as informações contidas no Relatório de Gestão deste Tribunal do exercício de 2010, bem como os esclarecimentos prestados ao Tribunal de Contas da União no relatório anexado ao citado Ofício TRT GP nº 033/2011, de 24/03/2011, em atenção ao contido no Acórdão 381/2011.

19.1 Panejamento da Tecnologia da Informação

Em novembro de 2010, foi aprovado por este Tribunal, o planejamento estratégico para o período de 2010-2015.

Outrossim, foi elaborada Matriz de Comunicação da Estratégia Institucional com os conteúdos a serem divulgados e cronograma de comunicação.

Quanto aos projetos ou planos de ação para o período 2010/2011, serão divulgados para o quadro de pessoal deste Tribunal a partir de abril de 2011.

Quanto às ações e investimentos de TI no âmbito do TRT da 4ª Região, há comissão incumbida de decidir sobre a sua priorização.

19.2 Perfil dos recursos humanos envolvidos

O quantitativo atual de 77 cargos de carreira de TI é considerado insuficiente pelos critérios da Resolução 90/2009, do CNJ, conforme foi apontado no relatório de auditoria do TCU no citado Acórdão 381/2011.

Visando ampliar o quadro de pessoal na área de TI, foi encaminhado, em 2010, projeto, que depende de tramitação no Congresso Nacional, para criação de cargos efetivos para essa área (PA 5188-89.2010.5.04.0000).

Quanto à capacitação dos servidores da área de TI, são contratados cursos específicos, com significativo número de horas de treinamento disponibilizadas anualmente.

Está prevista, para 2011, a elaboração do plano anual de capacitação técnica de TI, baseado em itinerários informativos.

19.3 Procedimentos para salvaguarda da informação

A política de segurança da informação do Tribunal foi instituída pela Portaria nº 4772/2008, que normatiza as diretrizes gerais sobre o tratamento da informação.

Na estrutura da Secretaria de Tecnologia da Informação deste Tribunal, está inserido um Escritório de Segurança da Informação.

Estão previstas, para 2011 e início de 2012, ações para qualificar a política da informação, tais como:

- a) atualização da norma de segurança da informação vigente com a criação da equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais;
- b) elaboração da política de classificação da informação.

19.4 Desenvolvimento e produção de sistemas

Os recursos de TI são avaliados para verificar a sua compatibilidade com as necessidades deste Órgão.

O desenvolvimento de sistemas feitos pela Secretaria de TI segue, parcialmente, metodologia definida.

A Administração deste Tribunal acompanha sempre o desenvolvimento dos projetos da área técnica, aprovando sua execução e as respectivas contratações necessárias.

A Secretaria de TI vem aprimorando o processo de contratação e gestão de contratos, exigindo acordo de nível de serviço nos contratos celebrados.

19.5 Procedimentos para a contratação e gestão de bens e serviços de TI

A Secretaria de Tecnologia da Informação vem buscando aprimorar a gestão das contratações e se propõe a concluir esse processo de aprimoramento até julho de 2012.

Com relação ao controle dos ativos de informação (dados, hardware, software e instalações), será implementada a consolidação dos respectivos inventários, com previsão de conclusão para março de 2013.

Já em relação aos procedimentos adotados por esta Secretaria de Controle Interno no sentido de acompanhar e fiscalizar a contratação e gestão de bens e serviços de TI, cabe destacar que têm sido realizadas auditorias de conformidade nos processos licitatórios de aquisição de bens e serviços de TI, estando previsto para 2011 o início da implementação de ações voltadas para o monitoramento e avaliação da gestão da Tecnologia da Informação em conformidade com as normas técnicas estabelecidas no COBIT- ME2 e recomendadas pelo Tribunal de Contas da União no supramencionado Acórdão 381/2011.

Porto Alegre, 25 de maio de 2011.

TÂNIA MARA DE ARAUJO BORGES
Diretora da Secretaria de Controle Interno